


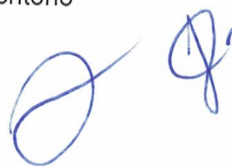


ATA DE REUNIÃO
Processo Licitatório Edital nº 01/2021
Sessão de Abertura de Envelopes de Proposta

Estando presentes Thamiry Sampaio da Rocha, Francis Lilian Alves Hoffman e Cassiano Ferraz, membros da Comissão Permanente de Licitação, e Bruna Rodrigues Vinter Lovato, assessora jurídica do CRESS 12ª Região, assim como estão presentes: Athayde & Advogados Associados, representado por Fabio Rodrigo Denichevicz Lopes OAB-SC 85202, Ulisses Figueiredo & Mondo Zappellini Advogados, representado por Diogo Machado Ulisses Figueiredo, OAB-SC 30037, Barbosa, Loli e Oliveira, representado por Isadora Silveira Gariglio Barreto de Andrade, OAB-SC 49899 e Zoega Coelho & Advogados, representado por Marcos Vinicius de Souza, OAB-SC 15192, foram abertos os trabalhos. Verificou-se a existência de 08 (oito) proponentes, devidamente registrados no Cadastro de Registro de Fornecedores deste Conselho e, portanto, habilitados para participar do certame, que apresentaram proposta no tempo hábil. Todos os presentes conferiram os envelopes lacrados. Assim, deu-se continuidade ao procedimento, com a abertura dos envelopes de proposta técnica, constatando-se o seguinte: Apesar da ausência da razão social do escritório Ulisses Figueiredo Advogados Associados no envelope encaminhado está constando o número do CNPJ do escritório no respectivo envelope cumprindo assim os requisitos do Edital. Todas as empresas apresentaram propostas e, seguindo-se com a abertura dos envelopes, foram apresentadas as seguintes propostas: Ulisses Figueiredo Advogados Associados, Proposta de Preço R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) por mês, para prestação de serviços jurídicos. A proposta está em desacordo ao item 9.2.3 do Edital 01/2021, Soares & Lima Advogados Associados, Proposta de Preço R\$ 10.900,00 (dez mil e novecentos reais) por mês, para prestação de serviços jurídicos, Barreto & Dolabella Advogados Associados, Proposta de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) para prestação de serviços na totalidade. A proposta está em desacordo ao item 9.2.3 do Edital 01/2021, Zrolanek Regis Advogados, Proposta de Preço 9.889,00 (nove mil e oitocentos e oitenta e nove reais) por mês, para prestação de serviços jurídicos, Barbosa, Loli e Oliveira Sociedade de Advogados, Proposta de Preço R\$ 4.900,00 (quatro mil e novecentos reais) por mês para prestação de serviços jurídicos. A proposta está em desacordo ao item 9.2.3 do Edital 01/2021, Leonardo Falcão Ribeiro, Proposta de Preço R\$ 6.250,01 (seis mil e duzentos e cinquenta reais e um centavo) por mês, para prestação de serviços jurídicos. Zoega Coelho & Advogados, Proposta de Preço R\$ 7.980,00 (sete mil e novecentos e oitenta reais), por mês para prestação de serviços jurídicos, Athayde & Advogados Associados, Proposta de Preço R\$ 6.250,01 (seis mil e duzentos e cinquenta reais e um centavo), por mês para prestação de serviços jurídicos. Diante disso, foram consideradas aceitas as propostas de preço destes proponentes, a serem julgadas na sessão reservada do dia 04 de outubro de 2021. Os presentes realizaram as seguintes considerações:

Considerações do Escritório Ulisses Figueiredo: Zrolanek, Falcão, Barbosa e Barreto não apresentaram comprovação por meio de atestado de advocacia extrajudicial. O escritório

TR. 




Athayde não apresentou atestado da Câmara Municipal de Curitiba.

O item 9.2.3 do edital é ilegal conforme artigo 40, inciso 10, da Lei de Licitações. "O critério de aceitabilidade dos preços unitário e global, conforme o caso, permitida a fixação de preços máximos e vedados a fixação de preços mínimos, critérios estatísticos ou faixa de variação em relação a preços de referência, ressalvado o disposto nos parágrafos primeiro e segundo do artigo 48. Logo, a proposta não pode ser desclassificada por ser a mais benéfica para administração pública.

Considerações Escritório Barbosa: Em caso de impugnação dos documentos apresentados o recurso será apresentado em tempo hábil.

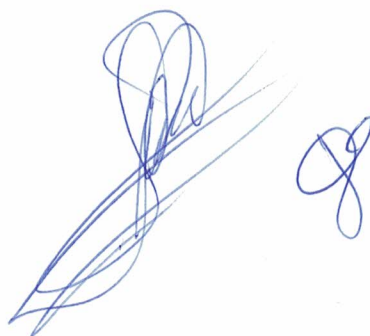
Considerações Escritório Zoega: os atestados e certificados do escritório Soares apresentados em cópia simples e com assinatura inelegível e com referência a pessoa jurídica de direito privado (CEF, Banco do Nordeste), o Escritório Zrolanek, os atestados não indicam advocacia extrajudicial, o atestado da Mútua não contém CNPJ, diversos atestados de pessoa jurídica de direito privado, diversos atestados de serviços exclusivos de cobrança. O Escritório Ulisses apresentou TSBE é sociedade de economia mista, a Fundantacao de Previdência Complementar de Santa Catarina é pessoa jurídica de direito privado, Decreto 553-2015. O Escritório Barbosa diversos atestados de pessoa jurídica de direito privado. Ulisses e Barbosa proposta abaixo do fixado no Edital. O Escritório Barreto, diversos atestados de pessoa jurídica de direito privado, (SEBRAE), atestados Fundo de Previdência, Conselho Técnico de Radiologia, e da Prefeitura Barão dos Cocais não possuem serviços de licitação. O Escritório Athayde, os atestados do CREA Paraná, Prefeitura de Bituruna, Fundo de Previdência de Araucária e Prefeitura General Carneiro não possuem serviço de licitação. Os atestados de BADEP é pessoa jurídica de privado e o atestado da Vereadora não é pessoa jurídica.

Considerações Athayde Advogados: O atestado da vereadora é da câmara e consta licitação no Fundo de Previdência de Araucária, na Prefeitura de General Carneiro, Crea PR, e na Prefeitura de Bituruna, e o BADEP foi incorporado pela administração pública. O Escritório Barbosa não comprova a questão de licitação nos atestados e não comprova a questão da advocacia extrajudicial (CRC RJ, Lemeprev). O Escritório Barreto a proposta é inexecutável e os atestados não cumprem o edital (FUMPREVAI, CRM-DF SEBRAE, Banco de Desenvolvimento, Prefeitura de Cocais todos sem Licitação) Sem qualidade de advocacia extrajudicial na Prefeitura de Cocais e CAEMA). São pessoa de direito privado, SEBRAE, CEF, Conter e Banco Amazônia. Escritório Leonardo Falcão: não comprovam a qualidade de licitação (ITAIPU, CEF, CAU, Câmara de Vereadores de Santa Luzia D Oeste, Primavera, Castanheiras, Seringueiras e CRA Rondônia. Sem qualidade extrajudicial CRA Rondônia e Prefeitura Seringueiras. Pessoa de Direito Privado A CEF. O Escritório Ulisses, o FPC é pessoa jurídica de direito privado, TSBE, sociedade de economia mista. Pelo princípio da vinculação ao ato convocatório previsto no artigo 3 da Lei de Licitações 8666-93 o edital faz lei entre os participantes e demais envolvidos, e, o artigo 45 da mesma Lei prevê que o julgamento das propostas será objetivo devendo a comissão de licitação ou o responsável pelo convite realizar a licitação em conformidade com os tipos de licitação, os critérios previamente estabelecidos no ato convocatório e de acordo com os fatores exclusivamente nele referidos, de maneira a possibilitar a sua aferição pelos licitantes e pelos órgãos de controle. Caso o Escritório Ulisses se insurgir contra o preço da proposta inexecutável deveria ter feito impugnação no momento oportuno, ou seja, impugnando o edital. O Escritório Zrolanek – Todos os atestados não cumpre o edital no ponto extrajudicial. Pessoa jurídica de direito privado: CEF, Banco da Amazônia. Que não possuem licitação nos serviços

Handwritten notes and signatures on the right margin, including the letters "TR" and various initials.

prestados: CRESS SP, Mutua, CREA, CRM, ABETA, ESEF, Banco da Amazônia, Apex do Brasil, DESEMBÁHIA, FUNEP e Badesul. O Escritório Zoures & Lima, todas as cópias não possuem autenticação ou qualquer outra comprovação de autenticidade, se não o fossem assim são pessoas jurídicas de direito privado: CEF, Banco do Nordeste, CEMIG, e não comprovam a questão de licitação extrajudicial os atestados de : Pedrinópolis e Santa Juliana. Proposta inexecutável do Barbosa.

Nada mais havendo, encerra-se a presente sessão. Florianópolis, 01 de outubro de 2021.



TR.

